



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SÉTIMA CÂMARA

Lam-4

Processo nº : 10660.000839/94-17
Recurso nº : 13.119
Matéria : IRPF - Exs.: 1991 a 1993
Recorrente : MURCIO NAZARENO DE SANTANA
Recorrida : DRJ em JUIZ DE FORA-MG
Sessão de : 14 de novembro de 1997
Acórdão nº : 107-04.608

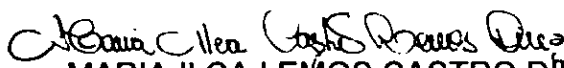
IRPF - TRIBUTAÇÃO REFLEXA.

Tratando-se de tributação reflexa, o julgamento do processo principal faz coisa julgada no processo decorrente, no mesmo grau de jurisdição, ante a íntima relação de causa e efeito existente entre ambos.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por MURCIO NAZARENO DE SANTANA.

ACORDAM os Membros da Sétima Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.


MARIA ILCA LEMOS CASTRO DINIZ
PRESIDENTE


PAULO ROBERTO CORTEZ
RELATOR AD HOC

FORMALIZADO EM: 22 SET 1998

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros NATANAEL MARTINS, ANTENOR DE BARROS LEITE FILHO, MAURÍLIO LEOPOLDO SCHMITT (RELATOR ORIGINAL), MARIA DO CARMO SOARES RODRIGUES DE CARVALHO, FRANCISCO DE ASSIS VAZ GUIMARÃES e CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES.

Processo nº : 10660.000839/94-17
Acórdão nº : 107-04.608

Recurso nº : 13.119
Recorrente : MURCIO NAZARENO DE SANTANA

RELATÓRIO

Processo decorrente daquele julgado no recurso nº 115.010 (Supermercado Rural).

O Auto de Infração tributa a omissão de rendimentos atribuída ao contribuinte, detentor, nos períodos-base fiscalizados, de 25% de participação no capital da empresa Supermercado Rural Ltda., considerando-se distribuídas ao contribuinte as importâncias discutidas.

O interessado apresentou sua defesa tempestivamente, requerendo a anulação do crédito tributário, alegando ter sido este indevidamente apurado pela autoridade fiscal. Argumenta ainda tratar-se o lançamento de projeção de crédito tributário inexistente, apurado através do PAF nº 10660.00841/94-51 (Recurso 115.010, nesta Câmara), o qual também fora objeto de impugnação.

A autoridade administrativa julgadora considerou o lançamento procedente em parte, em decisão que apresentou a seguinte ementa:

***"IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA.
DECORRÊNCIA.***

OMISSÃO DE RECEITAS NA PESSOA JURÍDICA. Princípio de causa e efeito que impõe ao processo decorrente a mesma sorte do processo matriz. É legítima a exigência do IRPF sobre as importâncias omitidas consideradas distribuídas ao sócio, proporcionalmente à sua

Processo nº : 10660.000839/94-17
Acórdão nº : 107-04.608

participação no capital da empresa, em face de omissão de receita apurada em pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido.

**LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
APLICAÇÃO**

Penalidade - A lei aplica-se a ato ou fato pretérito não definitivamente julgado, quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo de sua prática.

Lançamento procedente em parte."

Em recurso apresentado a este Conselho, o contribuinte apenas reitera os argumentos da impugnação.

As contra-razões apresentadas pela Fazenda Nacional ressaltam a correção da decisão inicial, pedindo que seja negado provimento ao recurso.

É o Relatório.



Processo nº : 10660.000839/94-17
Acórdão nº : 107-04.608

VOTO

Conselheiro PAULO ROBERTO CORTEZ , RELATOR *AD HOC*.

O recurso é tempestivo e preenche as demais formalidades legais, dele tomo conhecimento.

Discute-se nos presentes autos a tributação reflexa de Imposto de Renda Pessoa Física, inerente à distribuição automática de lucros decorrente ao arbitramento dos lucros na pessoa jurídica.

O presente é decorrente do processo principal nº 10660.000841/94-51, julgado por esta Câmara, em Sessão realizada em 14/11/97, através do Acórdão nº 107-04.538, no qual, por unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso, para manter a decisão recorrida.

Tratando-se de tributação reflexa, o julgamento daquele apelo há de se refletir no presente julgado, eis que o fato econômico que causou a tributação é o mesmo e já está consagrado na jurisprudência administrativa que a tributação por decorrência deve ter o mesmo tratamento dispensado ao processo principal em virtude da íntima correlação de causa e efeito.

Em razão de todo o exposto e tudo mais que destes autos consta, voto no sentido de negar provimento ao recurso, para manter a decisão recorrida.

Sala das Sessões -DF, em 14 de novembro de 1997.


PAULO ROBERTO CORTEZ